

O PONTO DE INFLEXÃO DA OPERAÇÃO CONDOR: O ASSASSINATO DE ORLANDO LETELIER

THE INFLECTION POINT OF OPERATION CONDOR: THE ASSASSINATION OF ORLANDO LETELIER

MARCELO MAURANO LARA¹

Escola Superior de Publicidade e Marketing (ESPM-Sul)

E-mail: marcelolar@gmail.com

Resumo: O presente artigo analisa a Operação Condor, constituída na década de 1970. Este plano multilateral possibilitou uma forte repressão aos opositores dos governos militares das ditaduras chilena, argentina, paraguaia, uruguaia, boliviana e brasileira. O estudo foca-se na discussão sobre o assassinato de Orlando Letelier, em 1976, bem como as reverberações que esse incidente provocou no contexto do plano Condor.

Palavras-chave: Operação Condor, Terrorismo de Estado, Orlando Letelier.

Abstract: *This article examines Operation Condor, established in the 1970s. Multilaterally this was a strong crackdown on opponents of the military government of Chilean, Argentinean, Paraguayan, Uruguayan, Bolivian and Brazilian dictatorships. The study focuses on the assassination of Orlando Letelier in 1976, and the reverberations that this incident caused in the context of the Condor plan.*

Keywords: *Operation Condor, State terrorism, Orlando Letelier.*

¹ Bacharel em Relações Internacionais pela ESPM-Sul

Introdução

A Operação Condor configurou-se como um mecanismo de articulação de terrorismo de Estado praticado por países do Cone Sul, durante a década de 1970, sendo um exemplo claro de constante violação dos direitos humanos e de difusão do terror por parte do Estado. Foi representado por uma organização supranacional que possibilitava a seus membros (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) operar dentro dos seus territórios, através das suas centrais de inteligência e contando com o apoio logístico e treinamento norte-americano, desde os anos 1950.

Oficializada em 1975, embora já se tenham registros de atividades com o mesmo padrão que viria a operar antes mesmo desse período, a Operação permitiu a repressão aos opositores políticos de qualquer tipo, realizada pelos governos militares chileno, argentino, paraguaio, uruguaio, boliviano e brasileiro. Uma cooperação que agiu além das fronteiras nacionais desses países, realizada com desrespeito às normas internacionais que garantiam proteção a refugiados políticos em países estrangeiros, além das constantes violações de Direitos Humanos, no que tange ao tratamento da população dos respectivos países.

Além disso, a organização da Operação Condor deve ser pensada dentro do contexto ideológico da Guerra Fria entre EUA e URSS, onde a estruturação da ordem bipolar acabou se tornando mais prioritária na agenda dos EUA do que a manutenção da sua zona de influência no continente sul-americano. Foi um momento de intensa batalha ideológica, onde se via no cenário de influência ocidental um forte discurso anticomunista, que via a possibilidade de avanço soviético nas suas regiões estratégicas.

Este sentimento anticomunista norte-americano seria fortalecido a partir da vitória das tropas de Che Guevara e Fidel Castro na Revolução Cubana e da posterior definição política da ilha pelo regime socialista, em 1961. A partir deste momento, o temor de que “novas Sierras Maestras” surgissem justificou o incremento dos investimentos estadunidenses no desenvolvimento de centros de treinamento para as polícias e exércitos do continente. Governos de inspiração reformista, como os de Jacobo Arbenz na Guatemala e João Goulart no Brasil, ou ostentando projetos mais claramente transformadores, como o de Salvador Allende, no Chile, passariam a ser desestabilizados através de ações promovidas ou incentivadas pela CIA, ligadas uma tradição intervencionista estadunidense quase sempre acompanhadas com práticas “pedagógicas” do terror, disseminadas pela América Latina *RICRI Vol.2, No. 3, pp. 22-37.*

através de aulas práticas de tortura e interrogatório ministradas por especialistas nos centros acima referidos (FRAGA; MAHLKE, 2010).

Este caso permanece em pauta pelo seu legado ainda vívido e por ter envolvido tantos habitantes dos países que sofreram com esse plano. A realização desse artigo se justifica pelas consequências de tal operação que ainda permanecem atuais e são expressas pelas vítimas da ação repressiva da Operação, que até hoje esperam por informações a respeito de seus entes e que fim eles levaram. Além disso, ao longo dos anos, tem havido um ávido interesse em ter direito ao acesso a documentos dos anos em que a operação ocorreu. Movimentos como a *Madres de la Playa de Mayo*, na Argentina, e a Comissão Nacional pela Verdade, no Brasil, são exemplos de que o assunto continua em pauta e os intensos esforços destes e muitos outros grupos pelo cultivo da memória e do direito de investigar os responsáveis pela violação de direitos humanos, comprovam este argumento.

As recentes dúvidas quanto à possibilidade de assassinato de figuras importantes pelos aparelhos repressivos, como o poeta chileno Pablo Neruda e o ex-presidente do Brasil João Goulart, levando a exumação de seus corpos, só reforçam esse ponto de vista. Por fim, neste ano, faz 50 anos do golpe civil-militar ocorrido no Brasil e somente através das ditaduras estabelecidas neste período, uma organização como o plano Condor pode ser efetivada.

Contexto social da criação do Condor

Variados processos estruturais contribuíram para a existência da Operação Condor, mas para fins de análise podem ser agrupados em três, complexamente interligados. A primeira é a aliança histórica entre as classes dominantes locais e os países centrais; a segunda, altamente influente, diz respeito aos interesses dos EUA na região durante a Guerra Fria e sua ação ideológica sobre os exércitos nacionais e, finalmente, o terceiro é a criação de governos progressistas. O conflito foi causado pela retroalimentação dos dois primeiros e a oposição do terceiro (PAREDES, 2004).

Em relação à primeira, a estreita relação das oligarquias nacionais e países centrais determinaram a maior parte do desenvolvimento histórico do Cone Sul. A forte ligação entre a estrutura de poder local e internacional adequou o controle social ao sistema de produção dos países periféricos (BARATTA, 2006). O domínio foi concentrado em uma oligarquia de

comerciantes e latifundiários – detentores da maior parte do poder econômico nacional – apoiada pelo exército. Durante o século XX, a falta de uma forte burguesia nacional; a falta de oposição de grande parte da população e o imperialismo dos EUA (que para defender seus interesses protegeu inimigos da democracia) auxiliou os regimes ditatoriais (PAZ, 1983).

A íntima relação entre a potência hegemônica, os Estados Unidos e os grupos dominantes locais refere-se ao segundo processo. Após a Segunda Guerra Mundial, a atitude de Washington para a América Latina foi determinada pela disputa das áreas de influência com a URSS; a derrota da Guerra do Vietnã e o triunfo da revolução socialista em Cuba. Decorrente disso, a Casa Branca precisava influenciar quaisquer governos que se declarassem antiamericanos na região, mas não conseguiu por causa do repúdio da opinião pública gerada pela Guerra do Vietnã. A saída foi a Doutrina de Segurança Nacional, implicando para os Estados Unidos apoiar a governos que exerceram o papel de polícia na região. Em 1967, o secretário de Defesa americano afirmou que o principal objetivo para a América Latina era o desenvolvimento de forças paramilitares e militares locais para garantir a segurança interna. Os EUA mantiveram como prioridade o fortalecimento dos exércitos latino-americanos e espalhar a doutrina da segurança nacional em diferentes níveis de instrução. A Escola do Exército das Américas, no Panamá, foi o principal centro de treinamento para os estrangeiros, mas houve outros (CALLONI, 1998).

Em oposição aos dois processos anteriores, surgiram no Cone Sul governos que propagavam o desenvolvimento interno, postergando os acordos com multinacionais de exploração dos seus recursos naturais. Tampouco tinham a intenção de aceitar a interferência dos EUA e, embora muitos de seus líderes não serem socialistas, havia a possibilidade do estabelecimento de um eixo de países nacionalistas. Esses governos nacionais populares propunham orientações opostas às construídas pelas oligarquias (SHUMWAY, 2002).

Este foi definitivamente um dos gatilhos das ditaduras latino-americanas, já que os projetos visando o crescimento dos países desarticulavam a estrutura da produção primária. Esta ideologia foi amparada por diversos meios de expressões (partidos políticos, algumas correntes religiosas, escolas educacionais, artísticas e filosóficas), o que levou a uma mobilização dos setores populares e da mídia a alarmar os grupos dominantes e a Casa Branca, que a viam como uma ameaça ao status quo, propagando os ideais comunistas. Somado a isso, a violência política e o descrédito da democracia cresceram devido ao

RICRI Vol.2, No. 3, pp. 22-37.

insucesso dos governos vigentes no Cone Sul. O triunfo da Revolução Cubana levou a outra forma de se fazer política, em que uma tomada violenta do poder iria acabar com a influência externa. Assim surgiram as guerrilhas PRT, Montoneros e Tupamaros MIR (ROUQUIÉ, 1984).

A repressão dos Estados ditatoriais foi deveras violenta, torturou, assassinou e desapareceu com centenas de pessoas; incentivou atos de violência por parte das guerrilhas e manipulou notícias. Com base na Doutrina de Segurança Nacional, todo civil era considerado um inimigo em potencial e todos os suspeitos foram eliminados sem julgamento, violando os seus direitos, roubando seus bens; enquanto os apoiantes do regime enriqueceram graças ao Estado. Assim, o Cone Sul foi devastado por quatro tipos de ditaduras. Pessoal: Paraguai (com o general Stroessner, 1954-1989). Burocrático e desenvolvimentista: Argentina (1966-1970) e Brasil (1964-1985). Nacionalista e reformista: Bolívia (Gen. Torres, 1970-1971) e Peru (Velazco Alvarado, 1968-1975). Finalmente, os terroristas e regimes neo-liberais da Argentina (1976-1983); Bolívia (1971-1978); Chile (1973-1988) e do Uruguai (1973-1988). Entre esses últimos governos, foi concebida a Operação Condor.

Outro agente importante para se entender esse processo de construção são os principais opositores das ditaduras do Cone Sul que escaparam dos seus países para construir a resistência no exterior. Aqueles que permaneceram, estavam criando redes clandestinas para contra-atacar os militares (DINGLES, 2005). Seguindo o raciocínio dos governos militares, reprimir os que se escondiam exigiria uma nova capacidade do Serviço de Inteligência e operações sistemáticas por todo os países do continente, uma vez que derrotar a subversão no exterior era ainda mais difícil, exigindo uma luta internacional prolongada. Pinochet começou a desenvolver o aparato internacional de longo prazo quase imediatamente depois do golpe.

Segundo um relatório da CIA datado de 3 de outubro de 1973, um dos primeiros passos foi procurar entrar em contato com amigos de mentalidade semelhante: “As Forças Armadas aparentemente acreditam que a esquerda está se reagrupando para realizar atividades de sabotagem e guerrilha. Vários governos amigos têm sido solicitados a fornecer material e treinamento contra a insurgência”. Brasil e Estados Unidos foram os primeiros a oferecer ajuda ao Chile para reconfigurar suas tropas militares para as novas tarefas. Em novembro de

1975, o objetivo principal de Pinochet viria a se tornar real com a criação da Operação Condor (BANDEIRA, 2003).

A formalização do terrorismo de Estado

A subversão e o terrorismo vindos do exterior eram precisamente o que os regimes militares previam como a sua ameaça mais séria em longo prazo. O principal centro operacional para o planejamento do novo aparelho de Inteligência era a Academia de Guerra do Chile localizada na capital do país, Santiago. O edifício abrigava a escola para treinamento de oficiais desde o séc. XIX. Em 1973, fora o local de reunião para os conspiradores contra o governo de Allende e, depois do golpe, permaneceu como uma espécie de centro de estudos interdisciplinares para os oficiais que defendiam os métodos mais afeitos à linha dura na luta mundial contra o comunismo. O oficial nomeado por Pinochet para dirigir o centro foi o tenente-coronel Manuel Contreras Sepúlveda, líder rigoroso popular entre as tropas chilenas (DINGLES, 2005:190).

Fundada oficialmente em junho de 1974 por decreto-lei, a Dina reunia a elite dos oficiais do Exército, da Aeronáutica e da Marinha, além de mercenários especialistas em atentados com bombas e fabricação de gás venenoso. A importância em salientar a criação e o desenvolvimento da Dina é por ela ter sido um importante núcleo de onde se ramificaram as alianças com os serviços de inteligência de outros países, desse jeito, a maioria das operações e comunicações realizadas entre os países pelo sistema Condor passaram pelos canais da Dina. Ela manteve 14 centros de prisão, interrogatório e tortura. Os mais famigerados eram Telhas Verdes, Quatro Álamos e Vil Grimaldi (CAMARGO; ALVES, 2011).

No mesmo edifício da Academia de Guerra citado anteriormente, agora sede da Dina, em novembro de 1975, foi criada entre os países do Cone Sul a Operação Condor. A reunião levou por volta de uma semana, e foi composta pelos principais funcionários dos Serviços de Inteligência dos países participantes- Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Brasil- profissionais cujo trabalho consistia em derrotar aquilo que se referiam por termos variados, como subversão, terrorismo, ou comunismo internacional. Juntas, estas forças militares representadas por estes oficiais dominavam a vida de mais de dois terços da população da América do Sul (CAMARGO; ALVES, 2011).

A sua funcionalidade se dava como uma grande rede de comunicação entre as ditaduras do Cone Sul, utilizando quaisquer serviços necessários para localizar perseguidos políticos. Agentes dos serviços de inteligência transitavam entre todos os refúgios seguros que se poderiam pensar, como em embaixadas, correios, telégrafos, companhias de aviação, bancos estaduais e nas empresas telefônicas. Desse jeito, a população civil passa a ser vigiada, ao mesmo tempo em que era criado um ambiente de incerteza e insegurança, onde leis e tratados sobre asilo político, extradição, liberdades individuais e constitucionais são sistematicamente evitados (PADRÓS, 2009).

Definiu-se que a Operação Condor ampliaria acordos entre os serviços secretos de Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai, juntamente com a participação de Brasil e Peru. Assim como dito anteriormente, o campo de ação foi fixado entre os limites de todos os países membros do acordo, estabelecendo-se facilidades para a ação de agentes destes países e a execução de operações repressivas conjuntas. Além da formação de equipes especiais para viajar em territórios estrangeiros, com o objetivo de eliminar políticos opositores ou colaboradores dos grupos esquerdistas de qualquer dos países da operação (SOUZA, 2011).

Vale a pena constatar que o pouco interesse do Brasil em participar desta fase da Operação Condor deriva da quase inexistência de grupos revolucionários no país, pois já haviam sido eliminados e não existiam lideranças significativas desses grupos operando no exterior. Faz parte do conhecimento sobre a Operação que o Brasil não participou efetivamente em assassinatos promovidos, embora, ressalta-se a contribuição do Brasil no fornecimento de informações (MARIANO, 2003).

A participação da Bolívia possui similaridades com a do governo brasileiro. O presidente boliviano Hugo Banzer já havia transformado a sua posição relativamente moderada para uma posição de maior repressão: abolindo o movimento trabalhista, suspendendo todos os direitos civis e enviando tropas para as regiões onde os sindicatos do país se concentravam. Em respeito à Operação Condor, Banzer se alinha com os governos militares anti-esquerdistas dos outros participantes, entretanto a sua área de atuação se limitou a denunciar subversivos dentro do seu território, assim com o Brasil. O grau de interesse boliviano não evoluiu devido ao combate de grupos opositores ao regime remanescentes dentro do país. Isto é denunciado

pelo envio de um oficial de posição mais inferior à reunião que formalizou a Operação Condor, em comparação com os outros países (DINGLES, 2005).

Três países membros da Operação Condor (Chile, Argentina e Uruguai) teriam ampliado suas atividades de cooperação antissubversiva para incluir o assassinato de alvos de alto escalão no exílio (ANDERSEN, 2000). Os dirigentes dos países tendiam à conclusão de que a cooperação informal, até então em funcionamento, não era mais suficiente para combater essa guerra contra o comunismo. Contreras delineou sua proposta em três fases do que ele chamou de “coordenação efetiva”.

A fase um requeria a criação de um Centro Coordenador no Chile com o intuito de colher, trocar e comunicar informações sobre pessoas e organizações ligadas ao aparelho “subversivo”. Tal sistema teria à sua disposição o que era então a tecnologia mais recente: aparelhos telex, microfilme, computadores, criptografia. Segundo documentos desclassificados posteriormente, tanto a CIA como o FBI tinham um banco de dados do Serviço de Inteligência especificamente para esse assunto e que contribuíram com informações para a sua atualização e buscavam informações nos dados armazenados (SOUZA, 2011).

Enquanto isso, as fases dois e três do aparelho Condor consistiam na efetivação das “operações”, atividades tão secretas que a própria palavra não consta nos arquivos dos países participantes. O termo “operações” significa planejar e executar uma ação que promova diretamente o objetivo militar ou político que a agência está tentando alcançar. Na linguagem da segurança da América Latina em meados da década de 1960 e 1970, “operação” era a palavra usada para sequestros, interrogatório sob tortura e extermínio (SOUZA, 2011).

Já a fase três viria a se tornar um importante ponto de inflexão em relação à política dos países presentes no sistema Condor, pois o que Contreras planejara para esta fase acabou causando surpresa entre os representantes dos Serviços de Inteligência. As operações da terceira fase incluiria controle dos movimentos dos inimigos e assassinato fora da América Latina. Os alvos que seriam selecionados para as operações das fases dois e três poderiam ser inimigos violentos ou não violentos que residiam dentro ou fora dos países na época. José Fons, chefe da delegação do Uruguai presente nessa reunião, detalha essa disparidade entre as intenções dos Estados.

RICRI Vol.2, No. 3, pp. 22-37.

O Chile propôs operações para eliminar inimigos em todo o mundo, para eliminar as pessoas que estavam causando dano a nossos países, pessoas como Letelier. Essa operação exigia muita preparação, uma operação muito bem-feita. O Chile tinha os recursos e a vontade de operar. Repito, o Chile tinha os recursos e a vontade de operar (DINGLES, 2005:37).

Assim, com base nas informações sobre este encontro fundamental, percebe-se uma reciprocidade momentânea de interesse por parte dos países signatários da Operação Condor, no início das suas operações até a sua formalização em 1975. Nesse contexto, a criação do inimigo em comum na forma dos grupos clandestinos presentes no Cone Sul, vistos como uma ameaça comunista eminente contando com apoio logístico internacional, ajudou o estreitamento de laços entre os grupos no poder nos países envolvidos, neste caso, as ditaduras militares.

No entanto, os objetivos do Chile traçados mesmo antes da formalização da Operação Condor, demonstram um grau maior de comprometimento a eliminação da ameaça comunista não somente na América do Sul, como no exterior. A ambição do governo chileno diferia dos demais países, sendo as operações planejadas para a terceira fase do Condor um exemplo disso, com a eliminação de alvos em territórios estrangeiros uma reivindicação quase exclusiva do governo de Pinochet, mais especificamente, da Dina.

O ponto de inflexão na cooperação

Em 1976, depois da deposição da presidente argentina Isabel Perón, foi instaurada a perseguição contra exilados políticos. Apenas dois dias depois do golpe militar, dois militantes do MOPOCO (Movimiento Popular Colorado) foram presos em Posadas e levado para um centro de detenção clandestino paraguaio. No mês seguinte, em Buenos Aires, a polícia prendeu dezenove exilados protegidos pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), em um hotel, e o terceiro homem do MIR, Edgardo Enríquez, foi sequestrado juntamente com uma brasileira e morto no Chile (GINZBERG, 2002).

Dois meses mais tarde, homens armados sequestraram 23 chilenos, dois paraguaios e um uruguaio, de dois hotéis, e em Junho do mesmo ano, o ex-presidente boliviano Juan José Torres foi assassinado (GINZBERG, 2002).

Paralelamente à perseguição dos exilados no Cone Sul, a terceira fase do Condor, descrita anteriormente, fez o mesmo em países situados fora da região de influência dos regimes militares, principalmente na Europa e no resto da América, onde grupos de exilados denunciavam as atrocidades das ditaduras. Essa etapa consistiu em dois grupos (um encarregado do monitoramento dos exilados e outro das suas prováveis eliminações), munidos com documentos falsos fornecidos por outros países. Em 1975, em Roma, houve uma tentativa malsucedida de se assassinar o ex-vice-presidente chileno Bernardo Leighton e sua esposa. Já em maio de 1976, o embaixador da Bolívia, em Paris, o general Zenteno Anaya de Joaquin, que protestara contra a morte dos guerrilheiros, foi morto (CALLONI, 199).

O passo que acabaria resultando na ruptura dos discursos das ditaduras militares, que até então agiam multilateralmente e apoiavam as decisões tomadas entre si, foi dado no dia 21 de setembro. Quando uma equipe formada por agentes oficiais do Condor – como Michael Townley que também atuava pela CIA - e não oficiais, que englobava terroristas italianos e exilados cubanos assassinou o ex-embaixador chileno Orlando Letelier em Washington, D.C. Morto junto com sua assessora norte-americana Ronnie Moffit, alvo de uma bomba plantada no carro da embaixada onde trabalhava. O seu assassinato acabaria por ser a mais controversa ação da Operação Condor no cenário internacional (DINGLES, 2005).

Antes do golpe de 1973, Letelier era ministro de Defesa e bastante influente no governo de Allende. Após fugir do país assim que Pinochet tomara o poder, ironicamente auxiliado por Kissinger, ele passou a dedicar os seus esforços a fim de fornecer evidências e argumentos da violação dos Direitos Humanos no Cone Sul, para auxiliar na interrupção da ajuda econômica dos EUA e de outros países para o Chile. Em meados de 1976, Letelier conquistou uma posição de uma figura poderosa e unificadora no mundo da política. Dessa maneira, era um franco adversário do grupo então vigente no governo chileno, num Chile pós-ditadura. Tornando-o um dos alvos mais desejados por parte da Dina (CAMARGO; ALVES, 2011).

Essa atitude unilateral da Dina foi contra muito das premissas que guiavam as políticas externas dos outros participantes do Condor. Como dito anteriormente, os EUA eram vistos como o principal provedor econômico e político da maioria dos países do Cone Sul. Realizar um atentado na capital desse país, matando uma personalidade de grande expressão nos fóruns multilaterais do cenário internacional era ir longe demais. Embora os países

participantes do sistema Condor houvessem concordado com todas as suas atas, todos, com exceção do Chile, não imaginavam tamanha ousadia na operação que assassinou Letelier.

O mesmo pensamento era compartilhado pelos americanos. Tendo em vista os dados apresentados sobre a posição dos EUA quanto a esse assunto, não haveria problema enquanto as ditaduras militares lutassem contra guerrilhas comunistas nas América do Sul, já que este tipo de estratégia fazia parte da luta conta a União Soviética em outras regiões do globo. Visto que, devido ao contexto da Guerra Fria, uma das principais prioridades dos EUA era manter e ampliar as suas zonas de influências no globo, a fim de deter o avanço soviético. Mas as execuções de figuras políticas e de guerrilheiros famosos, e o envio de esquadrões profissionais de assassinato a países aliados dos EUA, como a França, já passava dos limites. Na época do assassinato de Letelier, a CIA tomou conhecimento de que o sistema Condor, principalmente a Dina, estava planejando operações em Paris e Lisboa, fora no próprio território norte-americano.

A partir desse incidente, o governo dos EUA informou a cada um dos governos participantes do Condor que sabia sobre os planos de assassinatos e que se opunha a eles em qualquer situação. Não havia tentativa de ameaça ou retaliação da parte norte-americana, o discurso passara a ser de que executar os assassinatos deterioraria ainda mais a reputação dos governos militares no cenário internacional. Contudo, havia sim uma ameaça mais séria nessa postura: os seus planos foram descobertos; o governo dos EUA opõe-se aos seus fins e querem que eles sejam abortados (DINGLES, 2005).

A detonação do carro de Letelier em Sheridan Circle, bairro recheado de embaixadas em Washington, em 1976, foi o ato de terrorismo mais gritante praticado por uma nação estrangeira na capital dos EUA. Essa ação foi tão marcante nesse período pelo fato de não ter sido organizado e executado por um Estado inimigo dos EUA, mas por um governo aliado auxiliado por uma agência de inteligência treinada e com laços fortalecidos com os militares norte-americanos e com a CIA (DINGLES, 2005).

A expansão agressiva e particular internacional da Dina pode ser melhor entendida na luta pelo poder que acontecia naquele período dentro do governo chileno em torno do Pinochet. Conselheiros, tanto civis quanto militares, próximos do presidente já começavam a sugerir que ele suspendesse o estado de sítio e lentamente iniciasse o processo de reconstruir o

sistema político do país, como uma democracia já protegida do comunismo. Contreras era contra essa ideia, mesmo com a maioria da resistência interna eliminada. O principal argumento de Contreras para convencer Pinochet a continuar a expansão do próprio poder do chefe da Dina era da ameaça internacional. Na outra esfera de poder estavam os militares e grupos poderosos de civis da extrema direita que eram contra qualquer diminuição da linha de segurança do país. Eles consideravam Contreras um líder e esperavam que ele sucedesse Pinochet no futuro (DINGLES, 2005).

Desse modo, as operações da Dina comprometeram Pinochet através dos seus assassinatos internacionais, em particular, a operação que matou Letelier, como um meio de consolidar sua influência sobre o presidente. Pode-se dizer que este foi um ponto de inflexão para o funcionamento futuro do Condor.

A partir deste evento, as próximas operações da fase três em estágio avançado, visando líderes da JCR em Paris e Lisboa, acabaram sendo prejudicadas. A reação ao assassinato deu início a um fluxo de compartilhamentos de informações que comprometia o sistema Condor. A CIA passou a informar, com mais antecedência e eficácia, as inteligências dos países visados para as futuras operações do terrorismo de Estado das ditaduras militares. Assim, essas operações acabaram sendo canceladas e até o final de 1976, não havia a previsão de mais nenhuma a ser efetuada (CAMARGO; ALVES, 2011).

Para todos os efeitos, o Condor acabara prejudicado pela ação particular da Dina em cometer um crime dessa proporção em Washington, D.C. Um encontro sobre “Técnicas de Guerras Psicológica Contra Terroristas e Extremistas” planejado para acontecer em Assunção no início de 1977 foi cancelado, uma vez que o Paraguai já não compartilhava as mesmas reivindicações do sistema Condor. Esse mesmo discurso repercutiu nos demais participantes do Condor, os níveis de repressão e combate aos subversivos nunca mais chegaram perto daqueles do período de maior aproximação entre as reivindicações, de 1973 a 1976. Entretanto, as operações de assassinato da pelo sistema Condor continuaram na América do Sul. As trocas de informação se expandiram para dois novos membros (Peru e Equador) em 1978. O último registro de documento que menciona a Operação Condor condiz a um relatório datado de 1981, envolvendo a polícia chilena (DINGLES, 2005).

Apesar disso, no início dos anos 1980, iniciou-se o processo de redemocratização no Cone Sul e foram realizadas eleições no Peru (1980), Bolívia (1982), Argentina (1983), Brasil e Uruguai (1985) e tardiamente Chile e Paraguai (1989) (ARÓSTEGUI, 2001).

Outros acontecimentos foram cruciais para o fim das ações conjuntas de terror da Operação Condor. O Chile e Argentina, principais Estados participantes do Condor, cessaram as operações em conjunto em 1978, quando os dois países quase chegaram à beira de uma guerra a respeito de uma disputa territorial. Tal evento foi chamado de “Conflito de Beagle” que envolveu uma região que divide a Argentina e o Chile na Terra do Fogo, o Estreito de Beagle. Ainda sobre o Chile, um dos principais responsáveis pelo funcionamento da Operação Condor, Manuel Contreras, já não era mais líder da Dina. O assassinato de Letelier em Washington expusera a existência da aliança entre as ditaduras militares e, para todos os fins práticos, pusera um ponto final nas operações da Fase Três da Operação, custando a influência de poder de Contreras no governo.

No Brasil, o governo de Ernesto Geisel propôs mudanças e sinalizou com declarações e discursos que iniciaria a abertura política de forma lenta, gradual e segura. Nas relações exteriores dos EUA, a defesa dos direitos humanos pelo governo Jimmy Carter, ao contrário dos seus antecessores republicanos, influenciou o processo de abertura democrática de países do Sul (SOUZA, 2011). Assim, mais países que participavam e eram essenciais para o funcionamento da rede de operações da Operação Condor se distanciavam das reivindicações que uma vez os unira.

Conclusão

Para a execução das ações planejadas no sistema Condor, ficou comprovada a clara e constante violação dos direitos humanos e de difusão do terror propagados pelo Estado por parte dos seus membros. Mesmo operando em um curto espaço de tempo, a Operação Condor teve um relativo sucesso em suas ações pelo fato de ter conseguido conciliar as reivindicações dos principais países do Cone Sul que, nesse contexto, partilhavam interesses e objetivos parecidos. Com o advento dos golpes militares no Cone Sul, surge a necessidade de perseguir e eliminar quaisquer grupos de oposição, nomeados como “subversivos”. Ironicamente, constata-se que a Operação Condor acabou se tornando a organização cooperativa que melhor funcionou dentre os países do Cone Sul. Os níveis de planejamento e funcionamento dentro

dessa aliança político-militar entre os vários regimes militares jamais foram antes vistos, nem nos mais importantes acordos do continente, como o Mercosul e a Unasul.

Entende-se que a Operação Condor constituiu-se em um aparato repressivo que estabeleceu objetivos inéditos, tendo em vista a sua época e a alta possibilidade de rompimento com a agenda internacional por parte dos seus componentes. Constate-se também que nesse período turbulento, o papel das ideologias também ajuda a entender a construção do terrorismo praticado por essa organização, principalmente o forte sentimento anticomunista presente dentro das Forças Armadas da região. Ainda mais, devida a participação direta dos EUA, através do intercâmbio de importantes oficiais do Cone Sul nas escolas militares estadunidenses, com o propósito de tornar as forças de segurança locais mais humanizadas e respeitosas dos direitos humanos. Entretanto, foi produzido um efeito oposto.

Conforme constado na análise deste artigo, o período de 1975-78 compreendeu uma reciprocidade entre as reivindicações das ditaduras participantes da Operação, tendo em vista a interação dos aparatos de segurança dos governos e as oposições que eles tinham no seu cenário doméstico. Entretanto, a partir da metade de 1978, o contexto mudou, bem como os objetivos e interesses dos países participantes do Condor, como exemplificado em fatos que explicam a mudança das reivindicações dos Estados nesse período, em especial, o atentado a Orlando Letelier ocorrido nos EUA.

Por fim, deve-se mencionar que a descoberta de documentos importantes, tais como os encontrados em Assunção, em 1992, transformam-se em pistas essenciais para as milhares de famílias que buscam na justiça, um meio de punir os agentes repressivos deste período. De tal modo que seus delitos não caiam na impunidade ou no esquecimento. Faz-se necessário uma maior gama de estudos a respeito de assunto, tanto para preservar a lembrança dessa época triste ocorrida no continente sul-americano, como também para servir de amostra para futuros estudos, já que é um caso rico para a pesquisa de assuntos variados como o terrorismo, política externa e segurança nacional.

Referências Bibliográficas

- ANDERSEN, Martin E. (2000), *Dossier secreto*. Buenos Aires, Sudamericana.
- ARÓSTEGUI, Julio. (2001), *El mundo contemporáneo: Historia y problemas*. Buenos Aires, Biblos.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. (2003), *Brasil e os golpes na Bolívia, Uruguai e Chile: 30 anos depois*. Maringá, Espaço Acadêmico.
- BARATTA, Alessandro. (1986), *Criminología crítica y crítica del derecho penal*, Buenos Aires, Siglo XXI.
- CALLONI, Stella. (1999), *Los años del lobo: Operación Cóndor*. Buenos Aires, Continente.
- CALLONI, Stella. (1998), “Los Archivos del Horror del Operativo Cóndor”. Madrid. Disponível em: < <http://www.derechos.org/nizkor/doc/condor/calloni.html> >. Acesso em 13 Jul. 2014.
- CAMARGO, Cássio Michel dos Santos; ALVES, Rafael Souza. (2011) “Ditadura, Repressão e Música no Chile”. EDIPUCRS, vol. 3, No 2, pp. 112-125.
- DINGLES, John. (2005), *Os anos do Condor: Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo, Cia. das Letras.
- FRAGA, Gerson Wasen; HELISANE, Mahlke. *A Operação Condor e os Direitos Humanos na América Latina*. Revista Unilasalle. 16 ed. Canoas: Diálogo, 2010.
- GINZBERG, Victoria. (2002), *Videla y el Plan Cóndor*. Buenos Aires, Revista Página 12.
- MARIANO, Nilson. *As Garras do Condor*. São Paulo: Vozes, 2003.
- PADRÓS, Enrique Serra. (2009), *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e memória*. Porto Alegre: Corag.
- PAREDES, Alejandro. (2004), “La Operación Cóndor y la guerra fría”. Revista Universum, vol. 1, No 19, pp. 122-137.
- PAZ, Octavio. (1983), *Tiempo Nublado*. Buenos Aires, Sudamericana-Planeta.
- RICRI Vol.2, No. 3, pp. 22-37.**

ROUQUIÉ, Alan. (1984), *El Estado militar en América Latina*. Buenos Aires, Emecé.

SOUZA, Fabiano Farias de. (2011), “Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas”. *Revista AEDOS*, vol. 3, No 8, pp. 160-176.

SHUMWAY, Nicolás. (2002), *La invención de la Argentina*. Buenos Aires, Emecé.